DOUGLAS BONALDI MARANHÃO

A DISCIPLINA NA EXECUÇÃO DA PENA:

análise das normativas penitenciárias à realidade fática sob a luz da
reintegração social do condenado

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Salomão Shecaira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

DOUGLAS BONALDI MARANHÃO

A DISCIPLINA NA EXECUÇÃO DA PENA:

análise das normativas penitenciárias à realidade fática sob a luz da
reintegração social do condenado

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito na área de concentração Criminologia, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Salomão Shecaira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2020

Nome: MARANHÃO, Douglas Bonaldi

Título: A DISCIPLINA NA EXECUÇÃO DA PENA: análise das normativas penitenciárias à realidade fática sob a luz da reintegração social do condenado

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao eterno Professor Alvino Augusto de Sá.

*À Carolina Augusta Bahls Maranhão,
amor da minha vida, sempre ao meu lado.*

*À Pietra, João Pedro e Arthur Bahls
Maranhão, por iluminarem o nosso
caminho.*

AGRADECIMENTOS

A busca de um título acadêmico só tem sentido se estiver a serviço das pessoas. Tenho convicção de que a conclusão de um ciclo intenso como é um Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* permite ao acadêmico ter mais condições de servir. Por isso, não se pode deixar de agradecer àqueles que participaram deste processo.

Ao Professor Dr. Alvino Augusto de Sá (*in memoriam*), pela oportunidade de estar no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela generosidade com que compartilhou seu vasto conhecimento durante grande parte desta caminhada, pelo exemplo de humildade, seriedade e companherismo, pelo seu espírito congregador, permitindo a criação de um grupo de orientandos harmônico, onde todos sempre estão dispostos a ajudar. Sou grato pela forma sempre firme e gentil com que conduziu o processo de elaboração desta tese, mas acima de tudo por ter tido a oportunidade de conhecê-lo como professor e amigo.

Ao Professor Dr. Sérgio Salomão Shecaira não só pela generosidade em aceitar capitanear o processo final de orientação da presente pesquisa, fazendo importantes direcionamentos, mas por todo o aprendizado que pude absorver do excelente profissional que é, sempre buscando dividir o seu conhecimento com a humildade, seriedade, profundidade e o rigor científico que são características de seus ensinamentos.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especial registro aos Professores Drs. Alamiro Veludo, Renato Melo Jorge Silveira, Luciano Anderson de Souza, Gustavo Badaró, Marta Saad Diniz, Vicente Greco, Antônio Magalhães, Marta Cristina Cury Saad Gimenes pela inestimável contribuição à minha formação desde os primeiros disciplinas do programa. Igualmente agradeço aos professores componentes da banca de qualificação, Professores Dr. Bruno Shimizu juntamente com o Professor Dr. Sérgio Salomão Shecaira, pelas contribuições valiosas que permitiram alcançar o término da presente pesquisa.

Aos servidores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especialmente da Secretaria de Pós-Graduação, Secretaria do Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense.

Aos profissionais que desenvolvem suas atividades junto ao sistema

penitenciário, nas Unidades da Penitenciária Estadual de Londrina I e II, com quem pude absorver muitos ensinamentos, em especial ao Professor Francisco Carlos Melatti.

Aos meus alunos de ontem, hoje e amanhã, pois a busca pelo conhecimento é também por eles.

Aos colegas de luta diária no exercício da advocacia pelo imprescindível suporte especialmente nos últimos meses em que o incentivo foi o mantenedor do foco no trabalho.

Não posso deixar de registrar especial agradecimento aos amigos Anderson de Azevedo, Aline Mara Lustoza Fedato, Rômulo de Aguiar Araújo, Amanda Gimenes e Maria Célia Nogueira Pinto.

À minha mãe Denise Mari Bonaldi Maranhão, sempre confiante nos passos escolhidos e grande incentivadora.

À Carolina Augusta Bahls Maranhão, meu amor, que sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis, trouxe o suporte necessário e as palavras de incentivo que me fortaleceram e me mantiveram firme em busca da realização deste sonho.

Finalmente, à Deus.

RESUMO

MARANHÃO, Douglas Bonaldi. *A disciplina na execução da pena: análise das normativas penitenciárias à realidade fática sob a luz da reintegração social do condenado*. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Criminologia) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

O tema da disciplina na execução da pena traz grande relevância no cenário atual do sistema penitenciário brasileiro, uma vez que a forma com que são tratadas as questões disciplinares “intra muros” representam claramente um recrudescimento ainda maior da severidade prisional. Perceber a ineficácia das finalidades da pena historicamente teorizadas e declaradas, para então buscar a minimização dos efeitos deletérios da prisão representa ponto de início do presente trabalho. Permite-se então, pensar através de novas perspectivas, a modificação deste ambiente nocivo a todo e qualquer cidadão que nele esteja inserido ou que com ele interaja. A reintegração social surge apontando um caminho não finalístico, mas minimizador destes efeitos, permitindo, através, principalmente, do respeito ao indivíduo, direcionar novas leituras das práticas desenvolvidas dentro das Unidades prisionais. Tais práticas, provenientes das interrelações ali existentes, são ajustadas a uma perspectiva reintegradora onde se prioriza a compreensão do outro. Essa compreensão, que por muitas vezes acaba sendo prejudicada por uma herança conflituosa existente em um ambiente de privação de liberdade, como por exemplo, os conflitos existentes entre presos e funcionários, pode ser desenvolvida por meio do diálogo. Ou seja, permitir que os atores que compõem a cena prisional dialoguem é o referencial de partida para o entendimento e reflexão acerca do outro que com o intérprete mantém contato. Neste espaço, encontram-se práticas que caminham na contramão desta busca por compreensão, especificamente a forma como a disciplina é desenvolvida internamente, uma vez que os comportamentos indesejados, tipificados como faltas disciplinares são levados a julgamentos de forma a somente corroborar essa relação conflituosa historicamente identificada. Assim, dos resultados inócuos dos julgamentos disciplinares, emerge a busca por saídas que tentem tornar a prisão menos prisão, sendo, na presente pesquisa, apresentada a possibilidade de criação de grupos de diálogos que permitiriam um espaço, onde as pessoas, de forma simétrica e compreensiva, poderiam ter um melhor entendimento do outro dentro da complexidade que permeia as relações prisionais. Entende-se que somente a partir do entendimento reflexivo/compreensivo nas relações que se desenvolvem neste ambiente extremamente punitivo permitiria uma mudança radical neste cenário desolador.

Palavras-chave: Diálogo. Disciplina. Execução da Penal. Processo Administrativo Disciplinar. Reintegração Social.

ABSTRACT

MARANHÃO, Douglas Bonaldi. *Discipline in the enforcement of sentences*: analysis of the penitentiary norms in factual reality under the light of prisoners' social reintegration. 2020. 223 p. Thesis (Doctor's Degree in Criminology) – University of São Paulo Law School, São Paulo.

The issue of discipline in the enforcement of sentences is one of great relevance in the current scenario of the Brazilian penitentiary system, because the way in which "intramural" disciplinary matters are dealt with clearly represents an even greater increase in prison severity. Realizing the ineffectiveness of the historically theorized and declared purposes of punishment, and thereby seek to minimize the deleterious effects of imprisonment comprises the starting point of this work. By thinking through new perspectives, one is then allowed to modify such an environment that is harmful to any and all citizens who are inserted or interact therewith. Social reintegration emerges and points to a non-finalistic path that minimizes those effects and allows, mainly by the respect for individuals, to direct new readings to practices developed within prison units. Arising from the interrelationships held therein, those practices are adjusted to a reintegrating perspective by which understanding the other is prioritized. Said understanding, often undermined by a conflicting heritage existing in liberty-deprivation environments – such as the conflicts between inmates and prison officers –, can be developed through dialogue. In other words, allowing the actors that compose the prison scene to dialogue is the starting point for understanding and reflecting on the very other; namely, the one with whom the interpreter is in contact. In the conflicting space, there are practices that go against the search for understanding, specifically the way discipline is internally developed, once unwanted behaviours, typified as disciplinary faults, are subject to judgments that only corroborate the historically identified conflicting relationship. Therefore, the search for alternatives that attempt to make prisons become "less prisons" emerges from the innocuous results of those disciplinary judgments, and this research presents the possibility to create dialogue groups that would provide a space where people could, symmetrically and comprehensively, have a better understanding of each other within the complexity that permeates prison relations. It is understood that a radical change in the current desolating scenario would only be possible through the reflective/comprehensive understanding of the relationships held in such extremely punitive environments.

Keywords: Dialogue. Subject. Sentence Enforcement. Disciplinary Administrative Process. Social reintegration.

RÉSUMÉ

MARANHÃO, Douglas Bonaldi. *La discipline dans l'exécution de la peine: analyse des règles pénitentiaires dans une réalité phatique à la lumière de la réinsertion sociale du condamné*. 2020. 223 f. Thèse (Doctorat en Criminologie) - Faculté de droit de l'Université de São Paulo, São Paulo.

La question de la discipline dans l'exécution de la peine revêt une grande importance dans le scénario actuel du système pénitentiaire brésilien, car la manière dont les questions disciplinaires sont traitées "entre les murs" représente clairement une augmentation encore plus grande de la sévérité de la prison. Percevoir l'inefficacité des finalités de la peine historiquement théorisée et déclarée, puis chercher à minimiser les effets délétères de la prison représente le point de départ de ce travail. Il est donc permis de réfléchir à de nouvelles perspectives, à la modification de cet environnement nocif pour tout citoyen qui s'y insère ou qui interagit avec lui. La réinsertion sociale semble indiquer une voie non finaliste, mais en minimisant ces effets, permettant, notamment par le respect de la personne, d'orienter de nouvelles lectures des pratiques développées au sein des unités pénitentiaires. Ces pratiques, qui découlent des interrelations qui y existent, sont adaptées à une perspective de réintégration où la compréhension de l'autre est privilégiée. Cette compréhension, qui est souvent entravée par un héritage conflictuel dans un environnement de privation de liberté, comme les conflits entre prisonniers et fonctionnaires, peut être développée par le dialogue. En d'autres termes, permettre aux acteurs qui composent la scène de la prison de dialoguer est le point de départ pour comprendre et réfléchir sur l'autre qui maintient le contact avec l'interprète. Dans cet espace, il existe des pratiques qui vont à l'encontre de cette recherche de compréhension, notamment la manière dont la discipline est élaborée en interne, puisque les comportements non désirés, qualifiés de fautes disciplinaires, sont amenés à des jugements pour ne faire que corroborer cette relation conflictuelle historiquement identifiée. Ainsi, à partir des résultats inoffensifs des procès disciplinaires, émerge la recherche de voies de sortie qui essaient de rendre la prison moins prisonnière. Dans cette recherche, il est présentée la possibilité de créer des groupes de dialogues qui permettraient un espace, où les personnes, de manière symétrique et globale, pourraient avoir une meilleure compréhension de l'autre dans la complexité qui imprègne les relations carcérales. Il est clair que ce n'est qu'à partir d'une compréhension réflexive/complète des relations qui se développent dans cet environnement extrêmement punitif qu'un changement radical serait possible dans ce scénario désolant.

Mots-clés: Dialogue. Discipline. Exécution des peines. Processus administratif disciplinaire. Réintégration social.

Lista de tabelas

Tabela 1	Tabela com todas as datas de reuniões do Conselho Disciplinar da Penitenciária Estadual de Londrina II, o número de processos julgados e o resultado dos julgamentos	148
-----------------	--	-----

Lista de figuras

Figura 1	Comparativo geral entre os resultados dos julgamentos	149
Figura 2	Comparativo das condutas sancionadas como faltas leves	150
Figura 3	Comparativo das condutas sancionadas como faltas médias	151
Figura 4	Comparativo das condutas sancionadas como faltas graves	151
Figura 5	Identificação dos resultados dos processos finalizados em até 15 dias	152
Figura 6	Identificação dos resultados dos processos finalizados em até 30 dias	152
Figura 7	Identificação dos resultados dos processos finalizados em até 60 dias	153
Figura 8	Identificação dos resultados dos processos finalizados em até 90 dias	153
Figura 9	Identificação dos resultados dos processos finalizados acima de 90 dias	154
Figura 10	Resultados dos julgamentos de 02 de fevereiro de 2017 em percentuais	155
Figura 11	Resultados dos julgamentos de 16 de março de 2017 em percentuais	156
Figura 12	Resultados dos julgamentos de 30 de março de 2017 em percentuais	157
Figura 13	Resultados dos julgamentos de 06 de abril de 2017 em percentuais	158
Figura 14	Resultados dos julgamentos de 20 de abril de 2017 em percentuais	159
Figura 15	Resultado dos julgamentos de 04 de maio de 2017 em percentuais	160
Figura 16	Resultados dos julgamentos de 11 de maio de 2017 em percentuais	161
Figura 17	Resultados dos julgamentos de 18 de maio de 2017 em percentuais	162
Figura 18	Resultados dos julgamentos de 01 de junho de 2017 em percentuais	163
Figura 19	Resultados dos julgamentos de 08 de junho de 2017 em percentuais	164

Figura 20	Resultados dos julgamentos de 29 de junho de 2017 em percentuais	165
Figura 21	Resultados dos julgamentos de 06 de julho de 2017 em percentuais	166
Figura 22	Resultados dos julgamentos de 13 de julho de 2017 em percentuais	167
Figura 23	Resultados dos julgamentos de 20 de julho de 2017 em percentuais	168
Figura 24	Resultados dos julgamentos de 27 de julho de 2017 em percentuais	169
Figura 25	Resultados dos julgamentos de 03 de agosto de 2017 em percentuais	170
Figura 26	Resultados dos julgamentos de 10 de agosto de 2017 em percentuais	171
Figura 27	Resultados dos julgamentos de 17 de agosto de 2017 em percentuais	171
Figura 28	Resultados dos julgamentos de 24 de agosto de 2017 em percentuais	173
Figura 29	Resultados dos julgamentos de 14 de setembro de 2017 em percentuais	174
Figura 30	Resultados dos julgamentos de 05 de outubro de 2017 em percentuais	175
Figura 31	Resultados dos julgamentos de 19 de outubro de 2017 em percentuais	176
Figura 32	Resultados dos julgamentos de 26 de outubro de 2017 em percentuais	177
Figura 33	Resultados dos julgamentos de 04 de dezembro de 2017 em percentuais	178
Figura 34	Resultados dos julgamentos de 07 de dezembro de 2017 em percentuais	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL	18
1.1 TEORIA DOS FINS DA PENA COMO DESIDERATO DE INTERVENÇÃO NO HOMEM ENCARCERADO	20
1.1.1 Finalidade na execução da pena: das diretivas legais à prática diante da realidade brasileira	26
1.1.2 Crítica à perspectiva ressocializadora da pena	28
1.1.3 A disciplina como forma de imposição de conduta	31
1.2 A ORDEM E A DISCIPLINA NA EXECUÇÃO PENAL	39
1.2.1 Poder disciplinar	46
1.3 CRIMINOLOGIA CLÍNICA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO CONDENADO	49
1.3.1 A reintegração social como estratégia de diálogo com o condenado diante da disciplina imposta	54
1.4 OS CONFLITOS NA EXECUÇÃO DA PENA DIANTE DE UMA EXECUÇÃO PENAL EM CONFLITO	59
1.4.1 A exclusão do excluído por comportamentos indesejados	61
1.4.1.1 A punição disciplinar dentro do contexto punitivo	63
1.4.2 Ausência de contextualização dos processos disciplinares	65
1.4.3 O paradigma das inter-relações sociais como forma de compreensão do conflito	67
1.4.3.1 O preso enquanto ator situado e o processo disciplinar	69
1.4.4 Diretivas a partir do paradigma das inter-relações sociais na resolução do conflito disciplinar	71
2 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	73
2.1 PRINCÍPIOS	80
2.2 LEIS E REGULAMENTOS PENITENCIÁRIOS DOS ESTADOS BRASILEIROS ..	98

2.2.1 Região Centro-Oeste.....	99
2.2.2 Região Nordeste	100
2.2.3 Região Norte.....	101
2.2.4 Região Sudeste.....	103
2.2.5 Região Sul.....	104
2.3 REGULAMENTO PENITENCIÁRIO FEDERAL.....	105
2.4 CONSELHO DISCIPLINAR E A COMPETÊNCIA PARA APLICAR SANÇÕES DISCIPLINARES	106
2.5 FALTAS DISCIPLINARES.....	116
2.5.1 Natureza jurídica	117
2.5.2 Faltas disciplinares em espécie	119
2.6 SANÇÕES DISCIPLINARES.....	126
2.7 RITO PROCEDIMENTAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	129
2.8 PRESCRIÇÃO DA FALTA DISCIPLINAR	134
3.1 NORMATIVAS QUE REGEM O PROCESSO DISCIPLINAR NO ESTADO DO PARANÁ.....	142
3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA UTILIZADA NA ANÁLISE DOS CASOS	146
3.3 DADOS REFERENCIAIS IDENTIFICADOS NA PESQUISA	147
3.3.1 Dados gerais.....	147
3.3.2 Reuniões do Conselho Disciplinar	154
3.4 ANÁLISE CRÍTICA	179
4 PROPOSTA DE UMA NOVA FORMA DE INTERAÇÃO DOS INTEGRANTES DO AMBIENTE CARCERÁRIO	184
4.1 A CONFORMAÇÃO DE UM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DIRECIONADO PELA REINTEGRAÇÃO SOCIAL	185
4.1.1 Análise de casos com decisões favoráveis ao preso	186

4.1.1.1 Caso 1	186
4.1.1.2 Caso 2	188
4.1.1.3 Caso 3	190
4.1.2 Análise de casos com decisões desfavoráveis ao preso.....	192
4.1.2.1 Caso 1	192
4.1.2.2 Caso 2	194
4.1.2.3 Caso 3	195
4.2 AMBIENTE CARCERÁRIO E A AUSÊNCIA DE DIÁLOGO	197
4.3 CRIAÇÃO DE GRUPOS DE DIÁLOGOS.....	200
4.4 AS RELAÇÕES DIALOGAIS NO AMBIENTE CARCERÁRIO E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL	206
CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS.....	216

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto a análise da disciplina imposta aos presos dentro de Unidades penais, por meio do entendimento das normativas penitenciárias federais e estaduais, especificamente percebidas à luz da reintegração social do condenado. Tendo em vista que duros ataques são feitos - e com razão - à execução de pena no Brasil, com a presente pesquisa tentar-se-á pinçar, dentre toda a complexidade da execução da pena, o ponto que, como dito, é representado pela disciplina imposta, para então buscar novas perspectivas para a compreensão/resolução de conflitos internos, resultantes de comportamentos tidos como indesejados.

Primeiramente, tomar-se-ão por base as finalidades atualmente propostas para a pena, passando pelas diversas teorias identificadas ao longo da história como fins declarados da pena, sob um viés crítico. Esse intento se justifica, uma vez que se pode identificar a finalidade da pena proposta como uma clara forma de imposição de conduta, visando moldar a personalidade do indivíduo e assim, ultrapassando o próprio sentido de sanção que se deve respeitar por ter como base a reintegração social. Nesta trilha, também será abordada a referência da ordem e da disciplina neste sistema de cumprimento de pena.

Para nortear a presente reflexão, utilizar-se-ão referenciais próprios da Criminologia Clínica, orientadora de uma execução de pena fundada na reintegração social do condenado. Além disso, serão adotadas, para a análise/resolução dos conflitos (comportamentos indesejados), diretivas provenientes do paradigma das inter-relações sociais, que permitem compreender o preso como mais um componente de um cenário complexo e que, por inúmeras circunstâncias, envolve-se em um comportamento tido como problemático à luz das normas disciplinares.

Nesta senda, buscar-se-á transpor além da disciplina imposta, também o processo administrativo disciplinar que tem por finalidade julgar as condutas cometidas por condenados e que possam ser subsumidas a ilícitos administrativos caracterizadores de faltas leves, médias ou graves. Os julgamentos de tais processos administrativos, realizados pelos Conselhos Disciplinares, que, de acordo com as normativas existentes em cada estado (dentre os entes federativos que, através de normas, contemplam tais questões), são instalados dentro das Unidades penais, compondo-se por profissionais que desenvolvem o seu mister junto à execução penal e são das diversas áreas técnicas existentes (psicologia,

pedagogia, serviço social, laborterapia, etc.), ou pelo Juízo de execução, como no Caso da inclusão no regime disciplinar diferenciado, podem, com seu resultado, ter inúmeras consequências administrativas e judiciais de acordo com a sanção aplicada.

Identificado o objeto da presente pesquisa cumpre ressaltar que a análise dos processos administrativos disciplinares terá por objetivo a verificação da exigência da ordem e disciplina carcerária sob a ótica da reintegração social do condenado. Compreendendo o cumprimento de pena como um diálogo entre o preso e a sanção (imposta pela sociedade), firma-se a necessidade de se desenvolverem diretrizes de reintegração social, como forma de direcionar a aplicação e o cumprimento da reprimenda, principalmente tendo por referência a individualidade e tudo que circunda a vida de cada condenado. Diretivas essas que devem vigorar em toda a sua execução, razão pela qual, na presente pesquisa, será dada especial relevância à disciplina exigida, desde as previsões normativas até os julgamentos dos processos administrativos disciplinares.

Sendo assim, o ponto nuclear do presente trabalho busca compreender a exigência de cumprimento de normas disciplinares e também como são ou deveriam ser desenvolvidos os processos administrativos disciplinares frente aos direitos e às garantias que norteiam o cumprimento da pena e que fundamentam ou deveriam fundamentar uma execução penal voltada à reintegração social.

Para tanto, tem-se por referência uma nova forma de compreensão do comportamento problemático e de resolução do conflito dele proveniente, calcada do paradigma das inter-relações sociais. Por tal vertente teórica, compreende-se o preso não como autor de um comportamento problemático dentro de uma unidade prisional, mas sim apenas como mais um componente de um contexto, um “ator situado”, que recebe influência da realidade que ele compõe.

A justificativa da presente pesquisa firma-se no fato de que nos dias atuais todo tema que faz referência à execução da pena no país sempre está eivado de grandes críticas, tendo em vista o tormentoso desenvolvimento desse intento - a execução da pena -, pois, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, os resultados almejados para um aprimoramento não se harmonizam com as necessidades sociais e nem tampouco com o respeito à individualidade humana. Debates acalorados cercam toda essa questão. No entanto, há que se buscar cada vez mais uma verticalização na compreensão dos temas atinentes à execução das penas no Brasil para permitir a criação de novas estratégias, com o intuito de adequar aos ditames legais e principalmente com vistas à reintegração social.

E é com olhos voltados a essa verticalização que se propõe o presente enfoque, com o desiderato de refletir, compreender e ajustar, caso seja necessário, uma reformulação das normativas existentes (seja legislação Estadual ou Federal) e, principalmente, por meio de um caminho interpretativo, nortear o desenvolvimento de processo administrativo disciplinar para a apuração das ações ou omissões consideradas como ilícitos disciplinares dentro das Unidades penais, cometidos por aqueles que estão sob a tutela penal do Estado, seja preso provisório ou condenado. Com esse olhar, tem-se um novo caminho a ser seguido, rompendo com posicionamentos anteriores sob uma perspectiva criminológica, como a passagem ao ato e à reação social, no que diz respeito à compreensão de tais comportamentos problemáticos.

Da justificativa acima emerge o problema a ser enfrentado na pesquisa proposta: Compreender a disciplina imposta ao preso e os processos administrativos disciplinares, tendo por base as normativas penitenciárias, diante dos direitos e das garantias que devem coadunar com uma proposta de reintegração social do condenado, respeitando a sua individualidade, como forma de minimizar os efeitos nocivos do cárcere na vida daquele a quem, por imputarem condutas que podem ser sancionadas administrativa ou judicialmente, com reflexos no próprio processo de execução penal, bem como na vida pessoal do condenado, rompem qualquer diálogo que possa existir entre o preso e o Estado no ambiente carcerário.

Com a investigação ora proposta pretende-se contribuir com a busca de mecanismos interpretativos e normativos adequados a permitirem que a disciplina e os julgamentos disciplinares, desenvolvidos ao longo da execução da penal, não se distanciem da perspectiva de reintegração social. Considerando-se que, uma vez caso esse distanciamento ocorra, tais processos apenas corroborarão a prática odiosa e histórica de imposição da ordem e da disciplina ao longo do cumprimento de uma sanção penal, como uma maneira de formatar o indivíduo e também de recrudescer ainda mais o sistema punitivo.

Esta pesquisa atende a critérios de originalidade uma vez que tem como objeto o desiderato de descrever de maneira pormenorizada tudo aquilo que circunda a disciplina e o processo administrativo disciplinar em sede de execução penal: os dispositivos legais, as práticas desenvolvidas pelos membros dos Conselhos Disciplinares, a percepção por parte daquele que é julgado acerca do seu julgamento, os efeitos das decisões tomadas no âmbito judicial e pessoal do condenado. Tudo à luz da reintegração social, tendo por referência o respeito às individualidades de várias ordens daquele que é julgado, de modo a permitir uma

nova forma de compreender o comportamento tido como problemático dentro de Unidades penais.

Desse modo, espera-se que o resultado da pesquisa possa indicar uma forma para se desenvolver a disciplina carcerária e os processos administrativos disciplinares, de maneira a asseverar o respeito aos direitos e às garantias individuais que são infranqueáveis em um Estado Democrático Social de Direito, permitindo que o condenado não tenha com tais julgamentos, que representam apenas uma peça da engrenagem do cumprimento da sanção penal, um obstáculo à sua reintegração social.

A pesquisa foi realizada por meio do método dedutivo quanto à base teórica, bem como pelo método indutivo quanto ao levantamento de dados e à análise de casos. O primeiro foi realizado a partir da compreensão teórica do cumprimento da pena para, posteriormente, fazer um levantamento e uma apreciação das normas legais, pertinentes à disciplina, à estrutura e à operacionalização dos processos administrativos, e dos efeitos administrativos e judiciais que podem influenciar sobremaneira a execução da pena do condenado, tanto no seu aspecto processual quanto pessoal no que diz respeito à sua reintegração social, pois aquele inequivocamente integra este. Já o segundo efetivou-se por meio do levantamento dos casos levados à julgamento no ano de 2017, na Penitenciária Estadual de Londrina II, seguido da análise crítica acerca de condutas que foram julgadas pelo Conselho Disciplinar e em relação as quais chegaram a uma resolução do conflito por elas gerado.

Assim, no primeiro capítulo, buscar-se-á aclarar as finalidades da própria execução da pena, como ponto de partida para compreender o desenvolvimento do cumprimento desta em vinculação às diretivas disciplinares, como corolários de um processo que visa retribuir o mal cometido à sociedade na medida justa e, para tanto, sempre permeado com perspectivas de prevenção geral (destinadas à sociedade) e especial (destinada ao indivíduo). Tudo isso como fruto de um procedimento de modificação histórica das finalidades da pena.

Nesta senda, far-se-á também uma análise crítica do discurso ressocializador da pena, que, ainda que atualmente seja encampado facilmente como grande diretiva finalística da pena, na verdade, desenvolve-se como forma de intervenção na individualidade humana, como a própria disciplina a ser analisada posteriormente.

Não obstante as críticas, serão apresentados referenciais norteadores do que se deve entender por reintegração social do condenado, como estratégia de diálogo entre o condenado e o Estado, diálogo esse especificamente feito entre o condenado e a disciplina imposta pelo Estado.

Para finalizar, será abordada a forma como se concebe a execução de pena no Brasil, bem como são tratados os comportamentos considerados como indesejados. Será trabalhada a ideia da disciplina sob os fundamentos da reintegração social, sendo tais comportamentos indesejados compreendidos à luz do paradigma das inter-relações sociais. Abordagem que se faz necessária para o entendimento de como deve efetivamente ser desenvolvido um processo administrativo disciplinar respeitador dos direitos e das garantias atinentes à condição do encarcerado com fulcro na sua reintegração social.

No segundo capítulo, após o firmamento dessas linhas conceituais e propedêuticas acerca do tema, buscar-se-á descrever todo o trâmite pelo qual se desenvolve o procedimento administrativo disciplinar, cujo intuito é de apurar o cometimento de determinada ação que possa ser considerada nociva à ordem e à disciplina da unidade penal de acordo com as normativas existentes. Mostrar-se-á as peculiaridades desse procedimento que, estando atrelado a toda principiologia atinente aos demais processos administrativos disciplinares, é desenvolvido em campo extremamente diferenciado – a Unidade prisional.

A verificação do processo administrativo disciplinar abará as disposições legais que fundamentam a criação dos Conselhos Disciplinares, o desenvolvimento de todo o julgamento e inclusive os efeitos da sanção aplicada, tanto do ponto de vista administrativo quanto do judicial. Com essa ampla verificação, ter-se-á uma compreensão global das normas disciplinares existentes nos diversos entes federativos da nação, o que permitirá uma análise crítica, bem como a síntese de um modelo procedimental que alcance o seu fim, mas sem descuidar dos direitos e das garantias do condenado e principalmente da ideia de reintegração social.

No terceiro capítulo, será apresentado, de forma descritiva/quantitativa, um levantamento dos julgamentos realizados pelo Conselho Disciplinar da Penitenciária Estadual de Londrina II, a fim de conhecer, do ponto de vista fático, o número de comunicados existentes; o tempo de duração dos julgamentos, partindo da data do fato até a decisão final; o resultado dos julgamentos e quais faltas (leves, médias e graves) são comumente imputadas.

Já no capítulo quarto, serão descritos casos em que o comportamento foi ou poderia ser compreendido como problemático, bem como as respectivas resoluções, por ação do Conselho Disciplinar ou não. Tais casos, apresentados em dois grupos: o primeiro com decisões favoráveis e o segundo com decisões desfavoráveis ao preso, passarão por uma

análise crítica de modo que as reflexões possam permitir a identificação de novas perspectivas para a resolução desses tipos de conflitos.

Com isso, serão traçadas as linhas norteadoras de uma nova forma de compreensão e consequente resolução dos conflitos existentes dentro das Unidades penais. É preciso buscar, com fulcro no diálogo, desenvolvido em vários grupos, uma construção ampla da realidade onde for identificado o comportamento problemático, a fim de que possam ser compreendidos, além da conduta em si, também o ambiente, as partes integrantes, as influências externas, entre outros.

Os grupos propostos poderiam ser divididos em dois: um vinculado ao próprio Conselho Disciplinar – no qual questões atinentes à disciplina seriam tratadas, sem contudo buscar uma resolução, mas tão somente a reflexão –, e um outro grupo permanente – existente dentro da Unidade a fim de permitir a maior diversidade de participantes inclusive da comunidade externa como forma de manter um diálogo entre toda a sociedade.

CONCLUSÃO

Após transitar pelos aspectos finalísticos da sanção penal e identificar que tal desiderato não é necessariamente alcançado, tampouco é desenvolvido no plano fático a fim de implementá-lo, pode-se afirmar que as teorias propostas não cumprem com a sua razão de ser. Motivo pelo qual pode-se apontar um caminho de ilegitimidade de sanções aplicadas par tais fins. Portanto, a presente pesquisa não parte desses norteadores dogmáticos que se mostram desvinculados da realidade quando da análise do caso concreto. Ao contrário, emerge do substrato que compõe uma realidade carcerária complexa, desigual e opressora e que reintegra o indivíduo à sociedade não por tais características, mas independentemente delas. Reconhece-se então as instituições penais como espaços que não cumprem com a sua razão de ser, mas representam espaços utilizados para o exercício de um poder que exclui, estigmatiza, controla o indivíduo encarcerado.

Neste cenário, restou compreendido que esse exercício de poder pode ser implementado ou mantido através da disciplina carcerária, que, desde a normatização de diretrizes de conduta, tipificação de ilícitos disciplinares, bem como, o desenvolvimento de processos administrativos disciplinares, encontra terreno fértil, especificamente quando se identifica a fragilidade daquele que a ele será submetido.

Fica claro que a perspectiva ressocializadora da pena não pode ser confundida com a reintegração social. Isso porque aquela parte da ideia reformadora do indivíduo encarcerado, reinserindo em sua vida valores que se entendem necessários ao convívio social, diferentemente desta, que parte da normalidade deste indivíduo, que tem as suas especificidades que devem ser respeitadas.

Pensando nas citadas incongruências de um instituto (prisão) que não cumpre com a sua razão de ser, bem como, do fim a que realmente a prisão se destina, faz-se necessário identificar, organizar e implementar novas perspectivas dentro do cárcere, sendo que aqui, especificamente, parte-se das questões referentes à disciplina. Ou seja, é de suma importância que se entendam as relações entre as pessoas que no cárcere convivem, como são definidos esses padrões de conduta, como lidar com comportamentos considerados indesejados, tudo isso sob um determinado norte.

O norte referencial do presente trabalho é a reintegração social, entendida não como uma finalidade da pena, mas sim como um caminho para minimizar os efeitos nefastos da prisão, permitindo ao indivíduo retornar à liberdade não *através* da prisão, mas *apesar* dela.

Buscou-se, então, desenvolver os postulados teóricos que permitiriam a compreensão deste caminho alternativo às práticas, atualmente, essencialmente punitivistas. Para tanto, partiu-se de um saber criminológico, especificamente o clínico, como forma de analisar as especificidades de cada situação. Nessa esteira, a Criminologia Clínica aqui utilizada é aquela que se filia à proposta de uma terceira geração consistente na inclusão social do indivíduo, não se distanciando das gerações anteriores que partiam do paradigma da passagem ao ato e da reação social, mas sim ajustando-as para aí sim concluir pelo caminho da inclusão social.

A partir daí foi apresentado o paradigma das inter-relações sociais como forma a orientar a compreensão dos comportamentos indesejados ocorridos dentro das Unidades penais e que poderiam ser subsumidos às tipificações das faltas disciplinares de natureza leve, média e grave. Nesse cenário, há que se compreender o indivíduo encarcerado não como autor de uma conduta, mas sim, como ator de um amplo contexto, um *ator situado*, que representa mais uma peça dessa engrenagem que compõe o ambiente carcerário e também a sociedade.

Diante da constatação de que a natureza jurídica das faltas disciplinares é penal, tendo em vista os efeitos das sanções atingirem diretamente o *jus puniendi* estatal, deveriam os processos disciplinares ser submetidos ao Poder Judiciário, a fim de que fossem garantidos o devido processo legal, bem como todos os direitos e as garantias pertencentes ao indivíduo e que servem de limitadores da ânsia punitiva. Não obstante o fato de que, sob a premissa acima citada, mostra-se frágil qualquer reflexão no sentido de organizar e/ou reformular a apuração de faltas no âmbito administrativa, tendo em vista a natureza penal das faltas. Assim, foram apontadas características desse processo administrativo disciplinar, bem como as limitações a esse exercício de poder por ele desenvolvido (como o respeito a uma série de princípios), a formação dos Conselhos Disciplinares, a necessidade de defesa técnica, a definição de lapso prescricional das faltas, bem como, o norte reintegrador da pena a fim de mitigar os efeitos deletérios do seu atual desenvolvimento.

De outra parte, foi realizada uma pesquisa através de análise descritivo-quantitativa, acerca de casos levados a julgamento perante o Conselho Disciplinar da Penitenciária Estadual de Londrina II, com o fim de compreender: a) o número de comunicados ao longo

do ano de 2017 julgados pelo Conselho Disciplinar; b) a identificação dos processos que geraram a aplicação de sanção ou a absolvição do preso; c) a quantificação das faltas disciplinares de acordo com a sua natureza (leve, média ou grave); d) o prazo de duração dos processos administrativos disciplinares; e) a identificação de quais as modalidades de faltas leves, médias ou graves se subsumiram às sanções; e, por fim, f) a comparação do tempo de duração do processo disciplinar com a sanção aplicada.

A partir dos dados levantados são possíveis algumas conclusões que permitem identificar a motivação das situações conflituosas que ensejam a atuação do Conselho Disciplinar, bem como os efeitos das decisões proferidas por ele. Entende-se que por esse caminho escolhido pode-se refletir acerca de novas perspectivas para a resolução de conflitos existentes dentro da unidade, a fim de que situações que não têm necessidade de serem levadas a julgamento sejam equacionadas por caminhos alternativos à perspectiva punitiva. Por outro lado, que aquelas situações levadas a julgamento passem pelo crivo de todos os direitos e garantias que assistem o preso e que também sejam feitas sob o norte da reintegração social.

Constatou-se que os motivos que geram os conflitos existentes e que muitas vezes também levam a comportamentos indesejados por parte dos condenados giram em torno da clara ausência de diálogo, o que se identifica, por exemplo, nas seguintes realidades: a) a relação entre a estrutura do Estado com o preso é autoritária; b) no encarceramento de um indivíduo, prima-se pela perspectiva punitiva ao invés da reintegradora; c) os comportamentos problemáticos são resultado da falta de entendimento entre a legislação que prevê as faltas e o que se pretende no convívio dentro do cárcere e fora dele; d) há clara ausência ou deficiência de diálogo entre os funcionários e o indivíduos encarcerados.

Sugere-se, então, a perspectiva de se criarem grupos de diálogos com a participação dos presos, dos funcionários das mais diversas áreas (segurança, administrativa e técnica, etc.) e até mesmo da comunidade externa, para que se busque um novo caminho de compreensão da realidade ali existente, composta pelas inter-relações pessoais. Dentro dessa heterogeneidade, é preciso traçar um norte comum ao grupo para que então se estabeleça o diálogo. Consequentemente, os pressupostos existentes serão filtrados para referenciais que possam ser generalizados, integrados e aceitos pelos integrantes do grupo, propiciando um convívio harmônico.

Como apontado no texto, poderia ser criada para os grupos uma terminologia específica para identificar o seu intento, podendo ser chamado “grupo de análise de conduta”

(GAC), o destinado às situações que possam ser o objeto de desenvolvimento de processos administrativos disciplinares, e “grupo de reflexões sociais” (GRS) o que seria desenvolvido de forma contínua para a reflexão dos temas mais diversos.

Pensa-se assim, a fim de tentar aclarar novas perspectiva que permitam modificar as relações desenvolvidas dentro do ambiente carcerário, tornando-se mais harmônicas, respeitadoras e humanas, diferentemente do que atualmente se constata e que corrobora a um claro distanciamento da reintegração social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante 5. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição". Brasília, DF, 07 de maio de 2008, DJe 16.05.2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=5.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>. Acesso em: 19 set. 2019

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.378.557, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 23 de outubro de 2013, DJe 21.03.2014. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1276707&num_registro=201301284915&data=20140321&formato=PDF. Acesso em: 19 set. 2019

_____. Presidência da República. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de informações penitenciária – atualização junho de 2017*. (org.) Marcos Vinícius Moura. Brasília: 2019, p. 8. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Processo administrativo disciplinar*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2016.

BADURA, Peter. Limiti e alternative dela tutela giurisdizionale nelle controversie amministrative. *La rivista trimestrale di diritto pubblico*. 1984, p. 104 - 135.

BARATTA, Alessandro. Por um concepto crítico de reintegración social del condenado. In: OLIVEIRA, E. (coord.). *Criminologia crítica*. Fórum Internacional de Criminologia Crítica. Belém: Cejup.1990

_____. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

_____. *Criminología y Sistema Penal. (Compilación in memoriam)*. Buenos Aires, Argentina: B de f, 2004.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. *A individualização da pena na execução penal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BEDÊ JÚNIOR, Américo; SENNA, Gustavo. *Princípios do processo penal: entre o e a efetividade da sanção*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BIDASOLO, Mirentxu Corcoy; GARCÍA, Carmen Ruidiaz. *Problemas criminológicos en las sociedades complejas*. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte geral*. 20. ed. v. 1. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOHM, David. *Diálogo: Comunicação e redes de convivência*. (edit. por Lee Nichol). Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emília Accioli Nobre. Teoria e Prática da Reintegração Social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In: SÁ, Alvino Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Na prisão e contra ela: recusa e resistência. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, n. 22. Brasília: Editora do Ministério da Justiça, 2009-2010.

_____. *Preso pelo Estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a construção da identidade na prisão*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.

_____. Reintegração social e as funções da pena na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v.22, n.107, p. 339-356, mar/abr. 2014.

BRITO, Alexis Couto de. *Execução penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CACICEDO, Patrick. O controle judicial da execução penal no Brasil: ambiguidades e contradições de uma relação perversa. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 413-432, jan.-abr. 2018.

CALDERONI, Vivian. Transpondo muralhas: Intervenções no cárcere para encontros, diálogos e denúncias. In: SÁ, Alvino Augusto de; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre; CALDERONI, Vivian (Coord.). *GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CARVALHO, Salo (org.). *Crítica à execução penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

_____; FREIRE, Christiane Russomano. O Regime Disciplinar Diferenciado: notas críticas à reforma do sistema punitivo brasileiro. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Jan-Dez. Pelotas, 2005.

_____. (coord.). *Crítica à execução penal*. 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *Controle de legalidade na execução penal*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CESANO, José Daniel; PICÓN, Fernando Reviriego (Coord.). *Teoría y práctica de los derechos fundamentales en las prisiones*. Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2010.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 2010.

COSTA, José Armando. *Prescrição disciplinar*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

CESANO, José Daniel. *Estúdios de Derecho Penitenciário*. Buenos Aires: Ediar, 2003.

DEBUYST, Christian. Perspectives cliniques en criminologie: le choix d'une orientation. *Eguzkilogore: zientzia kriminologikoen aldzkari elektronikoa*: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología, San Sebastian, 2 ext, p. 251-265., out. 1989.

_____. Les paradigmes du droit pénal et les criminologies cliniques. *Criminologie*, Quebec, v. 25, n.2, p. 49-72, 1992.

_____. La psychologie criminelle face aux défis qui lui sont posés. *Sub Judice*. Justiça e sociedade, 22/23, 2001.

DIREITOS Humanos nas Prisões: Um manual de treinamento para pessoal penitenciário. Preparado por: The international centre for prison studies. Colaboração em: Penal Reform International. Sob solicitação do: Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.

DOTTI, René Ariel. *A reforma penal e penitenciária*: anotações à Lei n.º 6.416/77 e estudos de contribuição. Curitiba: Livraria Ghignone Editora, 1980.

FALCÓN Y TELLA, María José; FALCÓN Y TELLA, Fernando. *Fundamento e finalidade da sanção*: existe um direito de castigar? São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*: teoria do garantismo penal. prefácio da 1. ed. italiana, Norberto Bobbio. 4. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FERREIRA, Carlos Lélío Lauria; VALOIS, Luís Carlos. *Sistema penitenciário do Amazonas*. 1. ed. (ano 2006), 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. 4. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRAGOSO, Cláudio Heleno; CATÃO, Yolanda; SUSSEKIND, Elisabeth. *Direito dos presos*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FRAGOSO, Christiano Flak. *Autoritarismo e Sistema Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FREIRE, Christiane Russomano. *A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso RDD (regime disciplinar diferenciado)*. São Paulo: IBCCrim, 2005.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. El problema jurídico de las sanciones administrativas. *Revista Española de Derecho Administrativo*, nº 10, 1976, p. 399/430.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOULART, José Eduardo. *Princípios informadores do direito da execução penal*. São Paulo: RT, 1994.

GULLA, Gabriela Menezes. *Crítica a administrativização das decisões judiciais em Execução Penal: Ideias para a construção de uma Execução Penal democrática*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1997.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. 2. ed. rev. São Paulo: Edipro, 2008.

LEDERACH, John Paul. *Transformação de conflitos*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOURENÇO, Messias José. Os princípios do processo penal aplicáveis ao direito administrativo disciplinar. In: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROCESSO PENAL – ASF. *Estudos de processo penal*. São Paulo: Scortecci, 2011, p. 367-393.

LUIZ, Luisi. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. rev. e aum. Porto alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. *Curso de criminologia*. 4.ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Penal: o delinquente (sic), a sanção penal e a pretensão punitiva*. V. III. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1966.

MARTINS, Eliezer Pereira. Segurança jurídica e certeza do direito em matéria disciplinar: aspectos atuais. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 230, 141-152, Out./Dez. 2002.

MAYRINK DA COSTA, Álvaro. *Execução penal*. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MELLO, Rafael Munhoz de. *Princípios constitucionais de direito Administrativo sancionador: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2007.

MESQUITA JÚNIOR, Sídio Rosa de. *Execução criminal: teoria e prática: doutrina, jurisprudência, modelos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lei 11.404 de 25/01/1994. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=11404&comp=&ano=1994&texto=consolidado>. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Administração Prisional. *Regulamento e normas de procedimento do sistema prisional de Minas Gerais (ReNP)*. Disponível em: http://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/suapi/Regulamento%20e%20Normas%20de%20Procedimentos%20do%20Sistema%20Prisional%20de%20Minas%20Gerais%2028.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Resolução 1618, de 07 de julho de 2016*. Disponível em: http://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/suapi/Resolucao%2007-07-2016.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984*. 11 ed. ver. e atual. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. *Introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.009/95, lei dos juizados especiais criminais*. Trad. Luiz Flávio Gomes, Yebbin Morote Garcia, Davi Tangerino. 7. ed. reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUNES, Adeildo. *Da execução penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Edmundo. *O futuro alternativo das prisões*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PARÁ. Superintendência do Sistema penitenciário. PORTARIA nº 108/04 – Gab/SUSIPE, de 06/04/2004: Regimento interno de Estabelecimentos Carcerários. Disponível em:

http://susipe.pa.gov.br/sites/default/files/Portaria%20108%2004Regimento_Interno_Estabelecimentos_Carcerarios.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

PAVARINI, Massimo. *Los confines de la cárcel*. Montevideo: Editor Carlos Alvarez, 1995.

_____; GIAMBERARDINO, André. *Curso de penologia e execução penal*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

PIRES, Álvaro Penna; DIGNEFFE, Françoise. Vers um paradigme des inter-relations sociales: pour une recinstruction du champ criminologique. *Criminologie*, Quebec, v. 25, n.2. 1992, p. 13-47.

_____. La criminologie et ses objets paradoxaux: réflexions épistémologiques sur un nouveau paradigme. *Déviance et Société*, Louvain-la-Neuve, v.17, n. 2, jun. 1993.

_____. *Alguns obstáculos a uma mutação humanista do direito penal*. Sociologias, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 1999.

PRADO, Luiz Regis. *Tratado de direito penal brasileiro: parte geral*. vol. I. 2. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

____ et al (coords). *Direito de execução penal*. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade: seu fundamento e âmbito*. São Paulo: IBCCrim, 1999.

_____. *Novo olhar sobre a questão penitenciária: estatuto jurídico do recluso e a socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão*. São Paulo: RT, 2001.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Execução penal: teoria crítica*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SÁ, Alvino Augusto de. Transdisciplinaridade e responsabilidade da academia na questão penitenciária. *Revista transdisciplinar de ciências penitenciárias*, v. 2, n. 1. jan./dez. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2003.

_____. Gducc: uma estratégia de reintegração que visa à inclusão social. In: SÁ, Alvino Augusto de et al. (Coords.) *GDUCC: Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: Uma experiência de interação entre a sociedade e o cárcere*. Ministério da Justiça: 2013.

____ et al. (Coords.). *GDUCC, Grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: Uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

_____. *Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Criminologia clínica e psicologia criminal*. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SAEZ, José Antonio Rodríguez. El derecho de defensa y de asistencia letrada en la fase de ejecución de las penas privativas de libertad. Un análisis del deber ser, José Antonio Rodríguez Saez. In: BEIRAS, Iñaki Rivera (Coord.). *Cárcel y derechos humanos: Un enfoque relativo a la defensa de los derechos fundamentales de los reclusos*. Barcelona: José Maria Bosch Editor, S.A., 1992.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Curso de execução penal*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MIR PUIG, Santiago. *Direito penal: fundamentos e teoria do delito*. Tradução Cláudia Viana Garcia, José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SANTOS, Christiano Jorge. *Prescrição penal e imprescritibilidade*. Rio de Janeiro: Eslevier, 2010.

SANZ DELGADO, Enrique. Disciplina y reclusión em el siglo XIX: critérios humanizadores y contrl de la custodia. *Anuario de derecho peal y ciências penales*, V. 55, p. 109-201. jan./dez. Madrid: ADPCP, 2002.

SCHIMIDT, Andrei Zenkner. Direitos, deveres e disciplina na execução penal. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Atual. por Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 32 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, Edson Jacinto da. *Sindicância e processo administrativo disciplinar*. 3. ed. Leme: Habermann, 2004.

SILVA, Evelyn Melo. Leitura constitucional da lei de execução penal: das inconstitucionalidades nas apurações das faltas disciplinares, 2009. *Leitura constitucional da lei de execução penal: das inconstitucionalidades nas apurações das faltas disciplinares*. Disponível em: www.ibccrim.org.br. Acesso em: 30 dez. 2019.

SILVA FRANCO, Alberto. Execução penal e a ideologia da disciplina. *Boletim IBCCrim*. São Paulo. Ano 11, p. 1, n. 123, fevereiro de 2003.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JR., Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Criminologia*. 6. ed. rev. e atual.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SHIMIZU, Bruno. Um panorama crítico sobre o pensamento criminológico clínico no Brasil. In: SÁ, Alvino Augusto de.; TANGERINO, Davi Paiva Costa; e SHECAIRA, Sérgio Salomão (coord.). *Criminologia no Brasil: histórias e aplicações clínicas e sociológicas*. Rio de Janeiro: Eslevier, 2011.

_____. Os discursos do cárcere e o diálogo. In: SÁ, Alvino Augusto de Sá et al. (Coords.) *GDUCC: Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: Uma experiência de interação entre a sociedade e o cárcere*. Ministério da Justiça: 2013.

_____. A natureza das faltas disciplinares na execução penal. *Boletim IBCCrim*, Ano 26, n. 31, outubro, 2019.

SOUZA, Luciano Anderson de. *Direito penal: parte geral*. V. 1. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

TASSE, Adel El. *Teoria da pena: pena privativa de liberdade e medidas complementares: um estudo crítico à luz do estado democrático de direito*. 1. ed. (ano 2003), 4. tir. Curitiba: Juruá, 2006.

TEIXIERA, Alessandra. *Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2009.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2004.

VALOIS, Luís Carlos. Conhecendo o cárcere: um depoimento de um juiz das execuções penais enquanto participante do GDUCC. In: SÁ, Alvino Augusto de et al. (Coords.) *GDUCC: Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: Uma experiência de interação entre a sociedade e o cárcere*. Ministério da Justiça: 2013.

VAROTO, Renato Luiz Mello. *Prescrição no processo administrativo disciplinar*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.